A LUTA POR TERRA, POR TERRITÓRIO E PELA TERRA: BREVE ENSAIO SOBRE (DES)CAMINHOS E ESPERANÇAS

THE STRUGGLE FOR LAND, FOR TERRITORY AND FOR THE EARTH: A BRIEF ESSAY ON (WRONG) PATHS AND HOPES

LA LUCHA POR LA TIERRA, POR EL TERRITORIO Y POR LA TIERRA: UN BREVE ENSAYO SOBRE (DES)CAMINOS Y ESPERANZAS

Marcelo Lopes de Souza[*]
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
mlopesdesouza@terra.com.br

À memória do amigo
Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023)

Destaques

- Temos assistido, nas últimas décadas, a uma adaptação discursiva do capitalismo, inclusive da própria agenda neoliberal, à conveniência de um certo greening ("esverdeamento"), ou de demonstrar sensibilidade perante os "destinos do planeta" e a "crise ambiental";
- "Ecofascismo", não custa esclarecer e recordar, é um termo que surgiu na década de 1970, proposto pelo sartriano Michel Bosquet (1978), pseudônimo então utilizado pelo austríaco André Gorz;
- Não há um único "ecologismo" ou "ambientalismo"; o que há é uma miríade de posicionamentos e leituras da "ecologia" e seu significado político-social, da "crise ambiental" e dos vínculos entre "natureza" e "sociedade";

RESUMO

Composto por cinco seções principais, o artigo almeja, de uma forma introdutória e concisa, oferecer um panorama do tabuleiro político-ideológico e teórico que caracteriza

[*] Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); bolsista de Produtividade em Pesquisa (nível 1A) do CNPq. Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política (GAEP) da UFRJ e cocoordenador do Observatório UFRJ-UERJ de Injustiça Ambiental. **ORCID**: https://orcid.org/0000-0002-7398-3170.

as posições mais significativas a propósito da "crise ambiental" contemporânea. As quatro seções iniciais se destinam a esboçar críticas ao "ambientalismo pró-capital", ao neofascismo antiecológico, ao ecofascismo e, por fim, às falácias de tipo "pós-moderno", exemplificadas por algumas das ideias de Bruno Latour. Na quinta seção, finalmente, são apresentados contrapontos emancipatórios aos discursos e práticas mencionados nas seções precedentes, tanto no que tange a contrapontos acadêmicos ou teóricos (oriundos, sobretudo, do marxismo e de correntes libertárias) quanto no que diz respeito a práticas espaciais de resistência (ou, melhor ainda, "r-existência") dos agentes e sujeitos coletivos, em suas lutas por *terra*, por *território* e, em última instância, pela *Terra*.

Palavras-chave: Ambientalismo. Ecologia. Lutas sociais. Terra. Território.

ABSTRACT

Consisting of five main sections, the paper aims, in an introductory and concise way, to offer an overview of the political-ideological and theoretical landscape that characterizes the set of the most significant positions regarding the contemporary 'environmental crisis.' The first four sections are intended to outline criticisms of 'pro-capitalist environmentalism,' anti-ecological neo-fascism, eco-fascism, and the fallacies of so-called 'postmodernism,' exemplified by some of Bruno Latour's ideas. In the fifth section, finally, emancipatory alternatives to the discourses and practices mentioned in the previous sections are discussed, both in terms of academic or theoretical counterpoints (originating above all from Marxism and left-libertarian streams) and with regard to spatial practices of resistance (or, better still, 'r-existence') of collective agents, in the context of their struggles for *land*, for *territory*, and ultimately for the *Earth*.

Keywords: Environmentalism. Ecology. Social struggles. Land. Territory.

RESUMEN

Compuesto por cinco secciones principales, el artículo pretende, de manera introductoria y concisa, ofrecer una visión general del marco político-ideológico y teórico que caracteriza las posiciones más significativas frente a la "crisis ambiental" contemporánea. Las cuatro secciones iniciales pretenden esbozar las críticas al "ambientalismo procapitalista", al neofascismo antiecológico, al ecofascismo y, finalmente, a las falacias "posmodernas", ejemplificadas por algunas de las ideas de Bruno Latour. En el quinto apartado, finalmente, se presentan contrapuntos emancipadores a los discursos y prácticas mencionados en los apartados anteriores, tanto en términos de contrapuntos académicos o teóricos (procedentes, sobre todo, del marxismo y de corrientes libertarias) como en lo que respecta a prácticas espaciales de resistencia. (o, mejor aún, "r-existencia") de agentes y sujetos colectivos, en sus luchas por la *tierra*, por el *territorio* y, en última instancia, por la *Tierra*.

Palabras clave: Ambientalismo. Ecología. Luchas sociales. Tierra. Territorio.

INTRODUÇÃO: ALGUNS "NÃOS" E UM MATIZADO "SIM"

O texto que o leitor tem diante de si não é um artigo acadêmico convencional, cujo formato siga as regras usuais de estrutura e estilo. É um ensaio, vocacionado, até mesmo em sua aparência, para ocasionar antes incômodo que conforto ou consenso. O autor assume a liberdade (e o risco daí derivado) de se expressar de maneira menos formal, ainda que sem abdicar da responsabilidade de sopesar razões e argumentos – mesmo quando esse sopesar está mais nas entrelinhas que nas linhas.

As páginas que se sucedem não são o resultado de uma pesquisa empírica específica, mas sim de muitos anos de observações e ponderações, sobre as bases de experiências de investigação, diálogos com colegas de vários países, aulas e palestras, polêmicas públicas e finalmente, da tentativa de viver de olhos bem abertos. As seções, como se verá, são, na sua maioria, curtas; e a bibliografia, relativamente enxuta perante a diversidade de assuntos, serve, em cada caso, apenas para ilustrar algum ponto ou, então, fornecer uma ancoragem inicial (não obstante, remeterei o leitor a fontes onde, aí sim, poderão ser encontradas abundantes referências, que abordam detalhes e variantes). Todavia, as formulações, mesmo quando contundentes, jamais são gratuitas, ou meramente destinadas a impressionar ou chocar. O propósito é provocar, atiçar o espírito crítico. Nada melhor, para isso, que um estilo que evita, a todo custo, ser maçante.

Cada uma das quatro seções iniciais se destina a esboçar uma crítica a um tipo básico de posicionamento ideológico, facilmente encontrável nos dias atuais (conquanto em lugares bastante diferentes). O grau de sofisticação intelectual de cada um desses posicionamentos varia enormemente, e seguramente um público acadêmico (e, mais ainda, progressista) considerará muito mais aceitável criticar de forma sucinta o neofascismo antiecológico que, por exemplo, Bruno Latour, ícone e modelo de uma parcela não inexpressiva do ambiente universitário contemporâneo. Sei dos perigos de proceder com tamanha brevidade diante de assuntos tão sérios – e na hora de fazer reparos a autores tão levados a sério.

A penúltima seção, a anteceder aquela de "arremate", é de um atrevimento ainda maior, no que se refere à concisão. Ali condenso, em alguns poucos parágrafos, uma mensagem acerca dos contrapontos emancipatórios aos discursos e práticas

mencionados nas seções precedentes. Quiçá, nesse parágrafo, pelo menos, não pese tanto a suspeita de ligeireza, uma vez que o esforço de síntese geralmente se admite com muito mais facilidade no momento de concordar que no de discordar de alguém. Apesar disso, o que me motivou a não tentar entrar em detalhes não foi um simples desejo de ser sintético: acima de tudo, foi a vontade de sublinhar a importância de cultivar a *tolerância*. Há várias formas de examinar os conflitos ecossociais e valorizar a dimensão "ecológica" da crise civilizatória em que estamos planetariamente metidos, não apenas uma; e há uma infinidade de experiências práticas/práxicas, para muito além do universo acadêmico (mas guardando relações variáveis com ele, da distância à cooperação genuína), que inspiram e alimentam. Muito mais relevante que defender a postura político-filosófica e a fundamentação teórico-conceitual com as quais mantenho maior afinidade parece-me ser a afirmação de que, assim como há muitos modos de oprimir, explorar, estigmatizar, destruir e degradar, também há muitos modos de lutar contra tudo isso.

CONTRA O "AMBIENTALISMO PRÓ-CAPITAL"

Temos assistido, nas últimas décadas, a uma adaptação discursiva do capitalismo, inclusive da própria agenda neoliberal, à conveniência de um certo *greening* ("esverdeamento"), ou de demonstrar sensibilidade perante os "destinos do planeta" e a "crise ambiental". Como seria de se esperar, o capitalismo, mobilizando formidáveis recursos intelectuais e institucionais, busca nos persuadir de que os próprios mecanismos de mercado (e, no caso de determinadas interpretações, também as intervenções do Estado capitalista) seriam capazes de superar as "imperfeições" que, de um jeito ou de outro, desembocam em poluição, emissão de gases de efeito estufa e, ao fim e ao cabo, aquecimento global. Muito embora existam duas vertentes principais de "capitalismo verde", com diferenças entre si, elas parecem ser, no frigir dos ovos, complementares.

Próximo da perspectiva microeconômica própria do raciocínio empresarial está o "neoliberalismo verde", que se esforça por demonstrar que mecanismos de mercado (como mercados de carbono, direitos de propriedade, "soberania do consumidor" e quejandos) são suficientes para lidar com problemas ambientais – muitas vezes reduzidos a problemas de alocação subótima de recursos e falta de racionalidade nos investimentos. Isso costuma ser chamado, no mundo anglófono, de *free-market environmentalism*.

Dentre os estímulos de mercado sobressai, aliás, desse ponto de vista, a capacidade de inovação tecnológica como resposta a desafios: tecnologias mais eficientes e racionais seriam, também, menos poluidoras e desperdiçadoras. Além do mais, haveria um imenso nicho a ser explorado no que concerne ao desenvolvimento de tecnologias de macrocontrole dos efeitos das mudanças climáticas globais (*geoengineering* ou *climate engineering*). A expressão da moda dessa tendência ideológico-discursiva é a "ESG" (sigla que significa *Environmental* + *Social* + *Governance*), com todo o seu jargão e suas táticas, desdobramentos das já bem conhecidas fórmulas do "selo verde" e da "responsabilidade ecológica das empresas".

A estabelecer algum contraste com a tendência mais afinada com o neoliberalismo, topamos, há décadas, com a chamada "modernização ecológica", sobretudo em suas versões mais reformistas. Aqui, já não se trata de uma confiança cega no "livre mercado"; aceita-se de muito bom grado a necessidade tanto de investimentos estatais quanto, além do mais, de regulação e controle por parte do Estado. Defendem-se, por isso, mudanças nas instituições (convenções e acordos internacionais para coibir abusos, capacidade de fiscalização em várias escalas etc.), assim como são defendidas a sociedade civil (ou melhor, *uma certa faceta* da sociedade civil, representada por ONGs mais ou menos bem comportadas) e uma dada ideia de "governança" – que, no fundo, equivale a descentralizar um pouco as responsabilidades para melhor administrar a instabilidade e as tensões sociais, uma vez que escasseiam recursos. Esse tipo de abordagem tem predominado desde os anos 1980 e 1990, quando se disseminou o discurso-padrão do "desenvolvimento sustentável".[1]

O olhar mais "(neo)liberal" e o olhar mais "reformista" parecem distintos. Até que ponto o são, de fato? Será possível salvar o capitalismo dele próprio? Pelo menos para alguns de nós, não é aceitável, por um minuto sequer, esquecer que existem limites claros para o alcance das "soluções" viáveis no interior do próprio modo de produção, a

[1] Uma das leituras intelectualmente mais refinadas da possibilidade de uma "modernização ecológica" pode ser encontrada em Mol (2001). Conforme se disse acima, todavia, trata-se de um olhar que pode ser encontrado já no famoso *Relatório Brundtland* (que é como ficou conhecido o documento *Our Common Future*, da World Commission on Environment and Development da ONU), de 1987. Quanto ao "(neo)liberalismo verde" e suas derivações, também denominado (sobretudo por não economistas) de "ambientalismo liberal" (*liberal environmentalism*), dispenso-me de oferecer referências bibliográficas; elas são fáceis de serem encontradas, mormente em língua inglesa, abrangendo incontáveis artigos e livros técnico-científicos, manifestos etc. – sem mencionar as peças de propaganda, no estilo "palestras e cursos sobre ESG", atualmente tão em voga.

começar pelo *imperativo de acumulação de capital* (a reprodução ampliada do capital). Em face desse imperativo econômico, inerente à essência do modo de produção capitalista, "reciclagens", "reduções", "reutilizações" e avanços tecnológicos terão o condão, no máximo, de adiar a catástrofe ecológico-social ou desacelerar um pouco a sua preparação. Sem contar que, além do mais, ecoestresse continuará a ser exportado de lá para cá, especialmente do Norte Global para o Sul Global (lixo tóxico, indústrias poluidoras, rapina ambiental etc.), para desonerar e aliviar os países centrais. É fácil verificar, portanto, que podemos até estar todos no "mesmo barco" planetário, só que isso não nos uniformiza. Não percamos de vista que no tristemente célebre *Titanic* havia passageiros de "primeira classe", de "segunda classe" e de "terceira classe" (o grupo mais numeroso, aliás) – e que, assim como as comodidades no navio eram totalmente distintas entre as classes, também as vítimas, no momento da tragédia, não se distribuíram igualmente entre as três, porque os botes salva-vidas e as atenções da tripulação não eram exatamente para todo mundo. Longe disso.

Os "neoliberais verdes" e os "reformistas" entusiastas da "modernização ecológica" parecem, assim, mesmo que de formas diferentes e com graus de sensibilidade social e ecológica variáveis, empenhados em colaborar para reproduzir o modo de produção capitalista, não em superá-lo. A título de analogia, pensemos nas diferenças entre os partidos estabelecidos nos mais diversos países (uns, mais liberais ou conservadores; outros, de conteúdo social-democrata, trabalhista etc.): quem duvida de que, em última análise, sejam visceralmente complementares, diante da necessidade de estabilização sistêmica (econômico-social e política)?...

Infelizmente, contudo, há, sim, quem se iluda. Há toda uma legião de ambientalistas (nas universidades, em ONGs, ocupando cargos públicos etc.) que, com maior ou menor ingenuidade (e de maneira tácita ou explícita), abraça a crença de que o capitalismo e as suas institucionalidades definem e esgotam o horizonte do possível. O "ambientalismo pró-capital", com todas as suas nuanças e toda a sua relativa variabilidade interna (de consultores e "especialistas em ESG" a técnicos de ONGs, passando por toda a sorte de funções e perfis gestoriais), compartilha um mesmo solo comum: a resignação (o desejo?...) diante do cenário possível de que o amanhã e o hoje virão a ser essencialmente a mesma coisa.

CONTRA O NEOFASCISMO ANTIECOLÓGICO

Para quem achava que o "neoliberalismo verde" era o fundo do poço em matéria de desfaçatez e justificação da degradação e da destruição ambientais em larga escala, os últimos anos trouxeram uma triste realidade: sempre dá para piorar, especialmente na (semi)periferia do capitalismo mundial. Talvez o principal exemplo internacional recente tenha sido o Brasil sob Jair Bolsonaro – uma era que ainda não terminou de todo, seja porque as faturas continuam a ser pagas, seja porque as forças políticas de (extrema-)direita e mesmo neofascistas permanecem influentes e causando estragos.

O capitalismo, enquanto modo de produção, nunca esteve distante de crimes de todos os tipos, desde as pilhagens e desterritorializações violentas e os genocídios da época da "acumulação primitiva de capital" até a corrupção corporativa atual. A história dos Estados Unidos, conforme já foi fartamente documentado, está embebida em relações promíscuas entre negócios legais e famílias e fortunas "respeitáveis", de um lado, e o crime organizado (em um sentido amplo), de outro.[2] Aliás, o fascismo europeu, a começar pelo nazismo hitleriano, tampouco esteve imune à bandidagem e ao banditismo mais solertes: dos saques de obras de arte na Europa ocupada pelos alemães à profanação de cadáveres de judeus trucidados em busca de dentes de ouro, passando pelo trabalho escravo e pela chantagem e pela corrupção sistemáticas, o Terceiro Reich foi pródigo em matéria de formação de quadrilhas, e não só de crimes contra a humanidade.[3] Diante disso tudo, o que o neofascismo "à brasileira" dos últimos anos teria de especial?

De especial, propriamente, talvez pouco. Mas ele teve e tem muito de exemplar – e de grotesco e terrível. Sublinhemos, para começo de conversa, a articulação entre empresários e políticos locais com (outros) criminosos. Na Amazônia (mas também em outros lugares), a presença crescente das "facções" do crime organizado exportado por Rio de Janeiro e São Paulo tem se tornado uma marca registrada de um dos "legados" da Era Bolsonaro, ainda que o problema venha de mais longe.

[2] Consulte-se, sobre isso, Woodiwiss (2003).
[3] Sobre o tema, acerca do qual já há farto material, veja-se, por exemplo, os dois últimos volumes da importante trilogia de Richard J. Evans, *O Terceiro Reich no poder* (Evans, 2012a) e *O Terceiro Reich em guerra* (Evans, 2012b).

Apontemos, nesse mesmo contexto, a leniência e até a simpatia por parte do Estado para com madeireiros ilegais, garimpeiros e outros agentes operando (ainda que não com exclusividade) em um circuito de "capitalismo criminal-informal". "Desenvolvimento" e "progresso", lembrados em falas e documentos governamentais, passaram a ser, sem quaisquer rebuços ou inibições, concebidos às custas do extermínio dos "selvagens" (povos originários) e do desrespeito para com terras indígenas e áreas ambientalmente protegidas (que são, no fundo, imensas reservas de "natureza barata" para o capitalismo global...). Tudo isso contou com o endosso implícito e até mesmo explícito, direta ou indiretamente, do aparelho de Estado: "passar a boiada" foi a expressão utilizada pelo então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles na famigerada reunião ministerial de 22 de abril de 2020, na qual ele sugeria ao presidente da República e ao restante do governo aproveitar a circunstância de que a população e a imprensa estavam distraídas e (pre)ocupadas com a temática da pandemia de COVID-19, o que forneceria a ocasião ideal para afrouxar normas ambientais e reestruturar instituições. Em outras palavras, a ocasião ideal para fazer tudo aquilo que, realmente, se fez ou tentou fazer: desmontar o sistema de licenciamento ambiental, enfraquecer instituições de regulação e fiscalização, esconder os maquiar dados de desmatamento, negligenciar o Censo demográfico, interferir em conselhos como o CONAMA para debilitar a presença da sociedade civil e fortalecer a capacidade de ingerência do governo, vender facilidades.

O bolsonarismo representa um gangsterismo tosco, primitivo, boçal, plasmado à imagem do estilo parlamentar e posteriormente presidencial de seu líder e modelo. Sua crueza e sua brutalidade, com seu *modus operandi* "vale tudo", sua vulgaridade e seu descuido até mesmo com as aparências e com a preocupação com algum verniz civilizatório, se explicam, em parte, pelas características de um país semiperiférico, e é precisamente essa circunstância – a condição não central, de ex-colônia de exploração – que faz com que seus efeitos se revelem especialmente nefastos, pois se dão em um país já assolado, há muito ou desde sempre, pelo patrimonialismo das elites, pelo clientelismo reproduzido pelo Estado e pela truculência contra as classes populares. Sem pretender negligenciar biomas como o Pantanal e o Cerrado, que também, juntamente com seus habitantes mais pobres, foram alvo de agressões horrendas, é válido salientar que a Amazônia foi e continua a ser o grande símbolo da devastação ecológica e social do período.

Convenhamos: o capitalismo, seja nos países centrais ou mesmo nos (semi)periféricos, "come com garfo e faca" sempre que possível – pois isso também rende bons negócios, no contexto da hipocrisia internacional em torno das certificações sociais e ambientais –, mas não se mostra tímido diante da necessidade de "comer com as mãos e se lambuzar todo", desde que seja preciso empregar métodos mais duros. Sempre foi assim, e precisamente a história do Brasil – e, recentemente, da Amazônia, em particular – está aí para ilustrar. À sombra do neofascismo antiecológico, todavia, vicejaram e se expandiram tremendamente práticas de conluio, intimidação, extorsão, mentira sistemática, reestruturação institucional e revisão legislativa casuístas e de ocasião, compra de lealdades e, no fim das contas – na ponta final, lá no campo, nas aldeias e nas periferias –, necropolítica e assassinatos. A relativa novidade da Era Bolsonaro, por assim dizer, foram, quiçá, basicamente a *escala temporal da destruição* (a velocidade, o ritmo acelerado), a *capilaridade da "econecropolítica"* (graças ao apoio ou à condescendência governamentais) e a relativa *despreocupação dos agentes públicos com máscaras ou a manutenção de aparências de "normalidade".*

Ao mesmo tempo, justamente no que se refere à proteção ambiental e à conservação e ao uso de recursos, o neofascismo bolsonarista representa algo diverso do fascismo clássico, e muito particularmente do nazismo. É interessante e instrutivo notar como o antiecologismo do neofascismo tropical difere desse caso paradigmático. Vejamos, na seção a seguir, como isso se dá – e como seria difícil que fosse de outra maneira, dada a distância no espaço e tempo entre o fascismo clássico europeu e o neofascismo de nossos dias, em particular na (semi)periferia do sistema mundial capitalista.

CONTRA O ECOFASCISMO

Quem, no Brasil, observasse a sanha depredadora da "boiada" anunciada e saudada pelo ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em abril de 2020, e quem, ainda por cima, desconhecesse a história dos vínculos entre fascismo (a começar pelo nazismo) e "proteção ambiental", seguramente teria dificuldade para imaginar o quanto um regime fascista poderia ser, exatamente ao contrário do neofascismo bolsonarista, profundamente

comprometido com valores "ecológicos". Porém, foi exatamente esse o caso do regime hitleriano.[4]

Em matéria de "ecologia", o regime nazista esteve, inclusive, na vanguarda discursiva e institucional em uma multiplicidade de setores e aspectos. É certo que o Terceiro Reich apresentou contradições e limites a esse respeito;[5] ainda assim, o regime mostrou-se paradigmático, pelo menos até 1939, quando novas prioridades vinculadas ao esforço de guerra capturaram todas as atenções e drenaram os melhores esforços. O governo alemão (ou agentes e órgãos específicos, pouco importa) patrocinou uma agenda e adotou medidas que iam desde a agricultura orgânica e a silvicultura ecológica até os direitos dos animais (com o banimento da vivissecção, por exemplo, e sem contar que vários próceres do regime eram vegetarianos, começando por Hitler, Himmler e Heß), passando pelo incentivo ao ecopaisagismo e à proteção ambiental em geral. O "amor pela natureza" (*Liebe zur Natur*), simbolizado acima de tudo pelo culto à floresta (*Wald*), aliás, é algo proverbialmente ligado à identidade tradicional alemã, mormente (conquanto não exclusivamente!) em suas versões mais conservadoras. O regime nazista recolheu essas influências e lhes deu enorme guarida institucional.

No Brasil da Era Bolsonaro, não havia espaço para uma contradição entre passadismo e modernização, nostalgia e "progresso", como foi possível observar no Terceiro Reich. Em nosso país, o "progresso" passou a ser buscado contra aquilo visto como "selvagem", "relíquia do passado" ou coisa que o valha: povos originários, florestas nativas e áreas não desmatadas. O contraste entre um Terceiro Reich "ecológico" e um neofascismo bolsonarista antiecológico, sem embargo, não deixa de ser, em parte, uma questão de escala geográfica e de contexto histórico. Os nazistas não se importavam em extrair recursos impiedosamente e arrasar paisagens – desde que fosse no país alheio, e não na *Heimat* (terra natal), no *Vaterland* (pátria). Para os neofascistas brasileiros da atualidade, os territórios a serem objeto de expansão e os povos e grupos a serem submetidos, desterritorializados e assimilados/reconvertidos (ou exterminados) não estão fora, mas sim dentro do próprio país. Para um país periférico ou semiperiférico, o Outro a ser espoliado, desprezado e sugado não vive além das fronteiras nacionais; ele vive em uma "periferia da periferia".

[4] Consultem-se, entre outros, Biehl e Staudenmaier, 1995; Brüggemeier *et al*., 2005.
[5] Cf. Brüggemeier *et al*. (2005).

O fascismo ecológico, mais ou menos segundo o figurino tão modelarmente representado pelo Terceiro Reich, não desapareceu em 1945; antes, atualizou-se e capilarizou-se. Pode ser facilmente encontrado no tecido social de países do Norte Global, misturado com preconceitos racistas, contra imigrantes etc.[6] Contudo, de modo algum está ausente da realidade de países do Sul Global, na qual valores ecofascistas não raro rivalizam com o pragmatismo do "ambientalismo de mercado" na disputa pelos corações e mentes das classes médias.

"Ecofascismo", não custa esclarecer e recordar, é um termo que surgiu na década de 1970, proposto pelo sartriano Michel Bosquet (1978), pseudônimo então utilizado pelo austríaco André Gorz. A mesma palavra foi, posteriormente, usada por Murray Bookchin e seus colaboradores (Biehl; Staudenmaier, 1995), independentemente da influência de Bosquet. Em ambos os casos, a finalidade foi uma só: apontar para os perigos e ciladas que residem em cogitar alcançar metas "ecológicas" mediante estratégias e medidas autoritárias (do neomalthusianismo às restrições de liberdade e até a uma "ecoditadura"). Alegando a necessidade de uma "mão forte" para a promoção da proteção ambiental, esse tipo de ambientalismo autoritário é, ao mesmo tempo, elitista, dado que quem é objeto de acusação, controle e repressão é, geralmente, o Outro (pobre, [i]migrante, habitante do Sul Global etc.), nunca as classes e grupos sociais aos quais pertencem os seus defensores e ativistas (classes médias e elites brancas, acima de tudo do Norte Global, conquanto não só).

Muito embora não tenha utilizado o termo "ecofascismo", o marxista heterodoxo João Bernardo vem, desde os anos 1970, grifando exatamente as relações entre o fascismo e o pensamento ecológico (Bernardo, 1979; 2003). O mote essencial tem sido, para ele, a denúncia de que, assim como o fascismo clássico substituía a luta de classes pelo confronto entre "nações" ou "povos", sempre em nome de uma solidariedade essencial de todos no seio de cada "comunidade nacional" (por conta dos laços culturais e, especialmente no caso alemão, também de "sangue e solo"), o ecologismo moderno passou a pôr no centro do palco uma suposta oposição fundamental entre os que são favor e os que são contra "salvar o planeta". Ou seja, a solidariedade essencial dar-se-ia, agora,

[6] Exemplar é, a esse respeito, a atuação pública de Dave Foreman, fundador da organização *Earth First!*, nos Estados Unidos (Foreman, 2015). Na própria Alemanha, aliás, não têm faltado revivescências e atualizações da aliança entre "marrons" (marrom era a cor-símbolo do nazismo) e "verdes" (vide, p.ex., o assustador documento da Fundação Heinrich Böll sobre os "ecologistas marrons" (Heinrich Böll Stiftung, 2012).

não sobre os alicerces de uma visão de "comunidade nacional", mas sim de uma "comunidade" de todos os "amigos da Terra e da vida" em contraposição aos "inimigos da Terra e da vida". O calcanhar de Aquiles da interpretação de João Bernardo tem sido, a meu ver, o exagero com que ele lida com a o ecologismo e sua história, reduzindo tudo a um único vetor – e deixando de lado o fato de que há contradições enormes ao longo dessa história, a qual é, de resto, a história de uma *acirrada disputa simbólico-discursiva e prática*. Sem embargo, mesmo não dando muita razão a João Bernardo, é impossível tirar-lhe toda a razão. Ele põe o dedo em uma ferida aberta.

CONTRA AS FALÁCIAS "PÓS-MODERNAS"

Enganar-se-ia redondamente quem achasse que o "ecofascismo" se confina a manifestações penumbrais de ativistas e (pseudo)intelectuais obscuros, saudosistas (enrustidos ou não) do nazi-fascismo e profetas de um Armagedom ecológico. Por mais que nos custe acreditar, elementos (quase sempre imersos em uma retórica ambivalente ou ambígua) típicos de uma ideologia fascista – cuja quintessência é a visão de uma "comunidade" dos bons e justos pairando acima das classes e divisões sociais –, devidamente atualizada "ecologicamente", podem ser encontrados em trabalhos de intelectuais que juraríamos estarem a anos-luz de toda a vulgaridade neomalthusiana e reacionária. O assim chamado "pós-modernismo", que tanto sucesso fez entre os anos 1980 e 1990 (e que permanece influente em alguns círculos ou por meio de manifestações tardias), nos oferece diversos exemplos assaz ilustrativos. Vou me concentrar em um único caso: as ideias de Bruno Latour – o qual, diga-se de passagem, não gostava do termo "pós-modernismo", o que não o impediu de ser um bom representante da tendência geral em alguns aspectos relevantes.

Gostaria de iniciar esclarecendo que *não* tenciono sugerir que a obra de Latour, em qualquer momento, tenha assumido uma coloração rigorosa ou nitidamente "ecofascista". A despeito disso, há, no meu entendimento, suficientes ambiguidades e incursões temerárias (ou confusas) que justificam, sim, a percepção da existência de terrenos pantanosos – que, aqui e ali, bem podem ser a antessala de leituras, se não propriamente fascistas, pelo menos filofascistas (isto é, simpáticas a aspectos de soluções e posturas fascistas). Se, como já disseram, do sublime ao ridículo é só um passo,

podemos acrescentar, por analogia, que, muitas vezes, entre certas formulações (ainda) não fascistas e uma visão de mundo propriamente fascista (não importa se "vulgar" ou não: houve vários intelectuais fascistas brilhantes, como o jurista alemão Carl Schmitt, do qual já voltarei a falar), igualmente se trata simplesmente de um passo. Passo em falso e descuidado, talvez, mas nada ou pouco mais que um passo.

Para os estudiosos de Sociologia da Ciência, o nome de Bruno Latour tornou-se familiar já com a publicação de *Vida de laboratório*, em 1979 (em coautoria com Steve Woolgar), *Ciência em ação*, em 1987, e *A pasteurização da França*, em 1988. Para todos aqueles que acompanham e participam de debates envolvendo problemas ambientais e as relações entre "sociedade" e "natureza", Latour passou a ser uma referência cada vez mais citada a partir de seu livro de 1991 (traduzido e publicado no Brasil em 1994), *Jamais fomos modernos* (Latour, 1994). Nesse livro, o autor faz uma afirmação marcante, central para o seu pensamento: vivemos, mais do que nunca, cada vez mais cercados por "híbridos" – objetos/entidades nem puramente "naturais" nem puramente "sociais" –, chegando mesmo a ser infrutífero tentar determinar onde termina o "natural" e começa o "social".

Os "híbridos" e o nome de Bruno Latour passaram, desde os anos 1990, a ser quase indissociáveis. Deve-se prestar a ele o devido tributo de ter ajudado a avivar necessárias discussões a propósito das crescentemente complexas relações entre aquilo que a Filosofia alemã do princípio do século XIX (Hegel, Schelling) denominava *erste Natur* ("primeira natureza") e aquilo que seria, a contrastar com ela, uma *zweite Natur* ("segunda natureza"), criada por mãos humanas.[7] Ocorre que tais vínculos podem ser rediscutidos, dialetizados e relativizados de numerosas formas, e a de Latour apresenta o seu próprio e inconfundível quinhão de controvérsia. Existem bons motivos para crermos que, sem prejuízo para o reconhecimento do valor das *questões* que ele levantou ou ajudou a levantar, suas *respostas* nem sempre foram as mais felizes.

Em Latour, os "híbridos" se caracterizam pela *indiferenciação*. Daí a sua convicção de que seria pouco razoável ou impossível pretender determinar onde termina o "natural" e começa o "social":

[7] Essa terminologia foi posteriormente recuperada nos marcos de análises socialmente críticas, com destaque para o geógrafo anarquista Élisée Reclus (nascido em 1830 e morto em 1905) e, na esteira da influência de Karl Marx, para o pensamento marxista dos séculos XX e XXI.

> Enquanto a natureza permaneceu longínqua e dominada, ainda se parecia vagamente com o polo constitucional da tradição. Parecia reservada, transcendental, inesgotável, longínqua. Mas como c1assificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar estes híbridos? Eles são humanos? Sim, humanos pois são nossa obra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós. (Latour, 1994, pág. 54).

A cena apelidada de "moderna" se apresentou permeada por dualismos de cunho cartesiano, dentre elas ressaltando, precisamente, a separação rígida entre "natureza" e "sociedade" – dicotomização que, não obstante, conforme salientou Latour, em última instância permaneceu enquanto projeto não inteiramente realizado. Seja lá como for, muitos observadores dessa cena histórica, declarando-se fartos de fronteiras artificiais, instintivamente simpatizaram com as provocações de Latour. Eu mesmo não nego o charme e o apelo − ao menos em parte − de tal questionamento. Ocorre que a solução apontada por Latour, o híbrido enquanto mistura que interdita a diferenciação, é, ela mesma, altamente problemática e, em última instância, insatisfatória.

Se aceitarmos que a indiferenciação é o caminho para a concepção dos híbridos e a superação do cartesianismo moderno, ficaremos à mercê de todas as consequências de não poder mais estabelecer *nenhum* nível de distinção entre dimensões diferentes da realidade. Tampouco poderemos distinguir entre fatores, entre responsabilidades. Tomemos o aquecimento global como exemplo: ele é naturogênico ou antropogênico? Deveria bastar isso para nos fazer refletir sobre o contrassenso de, em prol de uma renúncia à *separação rígida*, abrir mão de toda e qualquer *distinção*. Sem embargo, essa é só a primeira das armadilhas que a obra de Latour nos reserva.

Façamos uma pausa de um parágrafo para lembrar algo de alcance bastante geral. A cada "tese" advogada pelos "modernistas" mais empedernidos (universalismo ético, "grandes relatos", racionalidade, cientificismo e defesa intransigente da ciência, amor positivista pela "objetividade"...), os "pós-modernistas" comumente reagiram avançando "antíteses" no mínimo tão polêmicas e limitantes (particularismo ético, minimalismo teórico, flerte com o irracionalismo, denúncia estridente da ciência e suas pretensões, enaltecimento um tanto pedestre da "(inter)subjetividade"...) quanto aquilo a que se contrapunham. Bruno Latour, com seu relativismo e, ademais, com sua prosa tipicamente ambígua (e não raro hermética e verbosa), inscreve-se, de um jeito ou de outro, no universo dominado pelo *ethos* "pós-moderno". As facetas interessantes e

instigantes de seu pensamento são, à semelhança do que acontece com outros intelectuais da mesma cepa, prejudicados, em larga medida, pelos exageros decorrentes de uma mera inversão de sinais. Como diria Paracelso, pioneiro da Toxicologia no século XVI, a diferença entre o veneno e o não veneno (ou até mesmo o remédio) está na dose.

Desde *Jamais fomos modernos*, e até seu falecimento em 2022, Latour não cessou de nos brindar com reflexões sobre o que é costumeiramente chamado de "crise ambiental" ou "crise ecológica", ou ainda sobre o alcance e as implicações do "Antropoceno". Mesclando ideias potencialmente interessantes acerca da "agência" (no sentido anglo-saxônico de *agency*: a capacidade de ação, de fazer escolhas) e dos "actantes" (neologismo que, em francês, é *actants*: os que agem ou influenciam, sejam humanos ou não humanos) com o conceito de "rede", mas valendo-se de tons mais e mais metafísicos (com um sabor *New Age* em versão remasterizada) e noções escorregadias (como a de "Gaia", grandemente inspirada no não muito menos controvertido James Lovelock), ele incursionou por campos minados. Coragem ou, no fundo, temeridade? Qual a serventia e quais as implicações dessas incursões, sob um ângulo emancipatório (ampliação de consciência de direitos, elucidação e desnudamento de contradições sociais, e assim sucessivamente)?

Alguns poucos exemplos, todos bem característicos do Latour tardio, bastarão, talvez, para ilustrar os imensos problemas e dilemas em jogo. Um deles tem a ver com as contradições que o estilo verboso e hermético de Latour não consegue ocultar, ao navegar nas discussões científicas a respeito das mudanças climáticas globais. Atento à relação entre os ardis da forma e as inconsistências do conteúdo, Philippe Stamenkovic (2020) mostra com cristalino didatismo como a "retórica obscura" (em suas certeiras palavras) de Latour, a mesclar construtivismo e relativismo com um suposto domínio da literatura científica, desemboca em um "niilismo epistemológico" (expressão de Andreas Malm tomada de empréstimo pelo autor) inconsequente e que se contradiz a si mesmo (*self-contradictory*), pois pressupõe fatos cientificamente estabelecidos (como o aquecimento global antropogênico) para, concomitantemente, solapar seu núcleo de objetividade. Uma no prego, uma na ferradura, como diriam os antigos. A despeito disso, a tendência acadêmica contemporânea nas humanidades de se afastar de tudo o que cheire a positivismo – tendência, em si mesma, compreensível e defensável –, somada a um encantamento pelas prosas barrocas e sinuosas, tem transformado muitos em presas fáceis

de um brilho um tanto traiçoeiro. Pois, como também sabiam os antigos, nem tudo o que reluz é ouro.

O tipo de objeção que Stamenkovic levanta possui paralelos e conexões particularmente inquietantes e, pode-se mesmo dizer, alarmantes. Ele não tratou desses aspectos, ou meramente tangenciou alguns deles, e certamente extrapolaria as possibilidades deste ensaio tentar examiná-los em profundidade. Sem embargo, não posso me furtar a mencionar, ainda que muito brevemente, aquilo que me parece ser o "x" da questão. Os leitores interessados poderão, depois, prosseguir por conta própria.

Sem dar nenhuma justificativa sólida, Latour encetou um "diálogo" com Carl Schmitt, jurista unanimemente apontado como um dos grandes teóricos e legitimadores do Terceiro Reich e seu "estado de exceção permanente".[8] "Ato falho", arrojo ou inconsequência? Latour não foi o primeiro a (re)descobrir Schmitt (lembremos de Toni Negri, Giorgio Agamben e tantos outros), mas o fez de uma maneira nada convincente, ao menos de um ponto de vista que busca, contra a heteronomia,[9] explicitar as limitações e tirar as lições cabíveis da obra de um pensador ultraconservador e cúmplice do Estado

[8] Possivelmente não é mera coincidência a caracterização da geohistória em face de "Gaia", por Latour, como um "generalizado estado de guerra" (Latour, 2017, pág. 73).

[9] *Heteronomia* e *autonomia* são, neste como em outros trabalhos meus, categorias tomadas no sentido rigoroso e exigente que assumem na obra filosófica de Cornelius Castoriadis (vide, p.ex., Castoriadis, 1975, 1983 e 1990). Autonomia, como ele mostra, nos remete a "*autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo as suas leis. (…) A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. (...) Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa *é também a minha lei*. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia *como tal* (não somente porque ela é 'boa para mim'), o que, evidentemente, nenhuma 'demonstração' pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito (...). (Castoriadis, 1990, pág. 131-134). A autonomia, por conseguinte, se refere à capacidade e à possibilidade de autodeterminação e autogoverno, tanto no plano individual quanto no coletivo – planos esses, aliás, interdependentes, como Castoriadis nunca se cansou de grifar. A heteronomia, de sua parte, sendo o reverso da autonomia, se manifesta sob a forma de práticas e instituições de exploração, opressão e dominação, possuindo, não obstante, também uma dimensão psíquica e ideológica: a introjeção, pelos indivíduos, da crença de que eles não são (ou não podem ser) senhores de seu destino e plenamente responsáveis por suas ações, dado que o rumo das coisas seria determinado por alguma instância transcendente e extrassocial (Deus, os deuses, a "raça", a "natureza"...). Adequadamente compreendida, a Filosofia Política de Castoriadis, profundamente libertária (se bem que não propriamente anarquista), oferece um antídoto extremamente poderoso não apenas contra o autoritarismo do Estado capitalista (seja em sua versão liberal, seja em sua modalidade hiperautoritária, fascista) como, também, contra as ilusões abrigadas no pensamento político marxista ("ditadura do proletariado", "Estado socialista" e congêneres).

nazista.[10] Schmitt ficou conhecido, entre outras coisas, por assentar o terreno político em uma oposição incontornável entre "amigo" e "inimigo" – inclinação inconfundivelmente fascista. Latour, de sua parte, que nunca se posicionou claramente no campo antissistêmico (anticapitalista e radicalmente contestatário e anti-heterônomo), não teve dúvidas em afirmar que "a ecologia é a nova luta de classes".[11] Dividir-se-ia o mundo, assim, entre os "amigos" da Terra (em um sentido holístico e um tanto metafísico), aquilo que Latour chamou de "classe ecológica" (*classe écologique*), e os seus "inimigos"? Essa é, evidentemente, uma das ressonâncias possíveis de Schmitt. Nem é preciso ligar muitos pontinhos para chegar lá.

Latour não foi, até onde a vista alcança, nenhum fascista, nem simpatizou com ideias patentemente fascistas. O busílis está, contudo, nesse advérbio: *patentemente*. As ideologias e as posições ético-políticas não são discerníveis, em sua complexidade, como entidades discretas; são fluidas, movendo-se em um *continuum* e, mais que isso, entrecruzando-se de modos surpreendentes, quiçá paradoxais. Ao declarar a ecologia como "a nova luta de classes", Latour leva água para o moinho de João Bernardo, (re)criando um problema – a típica interpretação criptofascista ou filofascista – sem resolver o anterior – a necessidade imperiosa, que reconheço, de transcender os esquemas herdados para pensar, sem amarras de ortodoxias anacrônicas, as classes sociais e a luta de classes, a (in)justiça e, afinal, as relações (materiais, éticas e culturais) entre "natureza" e "sociedade". Felizmente, para nós e para o mundo, têm existido contribuições intelectuais mais promissoras que a de Latour (ou, pelo menos, não tão arriscadas e problemáticas). Acima de tudo, tem existido uma pletora de sujeitos que, por meio de suas lutas concretas e r-existências, nos inspiram e orientam. É isso que será abordado a seguir.

[10] Uma amostra da pouca consistência (ou da pouca prudência) com que Latour se ocupa de Schmitt pode ser vista em sua entrevista para *Millennium: Journal of International Studies* (cf. Salter e Walters, 2016).
[11] Esse é o título de uma das últimas entrevistas concedidas por Latour, publicada no jornal *Le Monde* (Latour, 2021). Um tratamento muito mais extenso e sofisticado do tema pode ser encontrado no livro *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (título original: *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*), no qual o autor, ao mesmo tempo em que revela uma louvável sensibilidade social e territorial para com as agendas e necessidades dos atores locais, o faz não somente de um modo caracteristicamente "pós-moderno", mas de um jeito que, dando a impressão de levar em conta as desigualdades sociais, reduz o problema a uma cisão entre os pró-Terra/pró-ecologia e os anti-Terra/antiecologia, em detrimento de "antigas fórmulas" como "direita" e "esquerda", "liberação", "emancipação"... (as palavras aspeadas são dele: cf. Latour, 2020).

A FAVOR DAS MÚLTIPLAS CONTRIBUIÇÕES EMANCIPATÓRIAS

Não há um único "ecologismo" ou "ambientalismo"; o que há é uma miríade de posicionamentos e leituras da "ecologia" e seu significado político-social, da "crise ambiental" e dos vínculos entre "natureza" e "sociedade". Esses posicionamentos e leituras são atravessados por visões de mundo, ideologias e correntes filosóficas e teóricas, tudo influenciado pelos condicionamentos impostos pelas circunstâncias biográficas e coletivas nas quais se acha embebida a vida concreta dos indivíduos e grupos (as necessidades e restrições materiais, os constrangimentos político-institucionais, as conjunturas, as mentalidades das diferentes épocas e as culturas dos diferentes lugares). Assim é que, entre atitudes antissistêmicas (anticapitalistas, anti-heterônomas) e pró-sistema, entre "biocentrismo" ou "ecocentrismo" e "antropocentrismo", entre concepções de sociedade e mundo religiosas e seculares (ou mesmo ateias) – e assim sucessivamente –, podemos encontrar inúmeras variantes e subvariantes, cada uma com seus próprios matizes (cf. Souza, 2019, cap. 5).

Simplificar demasiado esse cenário foi o equívoco de um observador de resto tão arguto e erudito quanto João Bernardo. Mais do que isso, simplificar o assunto ao ponto de imputar à "ecologia", genericamente, um conteúdo intrinsecamente conservador, não apenas faz vistas grossas à incontornabilidade das questões colocadas pelo *metabolismo ecológico-social* (uso de recursos e fontes de energia, efeitos ambientalmente contaminantes, perturbadores, degradadores ou destruidores de processos produtivos, padrões de distribuição sócio-espacial dos ônus da poluição e do desperdício etc.), mas negligencia ou despreza os conflitos e as lutas de quem, para viver e sobreviver, se confronta, cotidianamente, com desafios que envolvem aquele metabolismo.

No âmbito acadêmico ou no plano intelectual (o qual, nem é preciso dizer, nunca se circunscreve ao âmbito acadêmico/universitário), tem havido, no último meio século ou um pouco mais, toda uma série de tentativas de ler a "ecologia" a partir de uma perspectiva socialmente crítica. Apesar da herança um tanto polêmica de Marx a esse respeito (como vários autores importantes mostraram, a dimensão economicista e racionalista da obra de Marx, notadamente do Marx "maduro", atrita com os momentos

de genuína preocupação com a "ruptura metabólica" instaurada pelo capitalismo[12]), uma legião de pesquisadores e intelectuais – precedidos pelas contribuições seminais de pensadores de gerações anteriores, como alguns daqueles da Escola de Frankfurt – principiou, desde a década de 1970, a investir sistematicamente em uma (re)leitura "ecológica" do legado marxiano. Esse esforço intensificou-se muito nas décadas seguintes, de que dão testemunho Elmar Altvater (1991; 992; 2005), Enrique Leff (1994), John B. Foster (2000), Jason Moore (2015) e Kohei Saito (2017), entre muitos outros. Como era de se esperar, não há unanimidade absoluta entre esses analistas e comentadores. Suas divergências são, às vezes, mais de ênfase que substantivas, mas há, também, desacordos notáveis acerca da maneira como os conceitos e enfoques teóricos devem ser mobilizados, e até mesmo sobre o papel que certas questões efetivamente desempenharam no pensamento de Marx.

No que concerne ao pensamento e à práxis libertários, a produção teórica pode ser, à primeira vista, menos impressionante que a marxista (ao menos em matéria de volume), mas as contribuições começaram já muito cedo, com as obras dos anarquistas Piotr Kropotkin e, principalmente, Élisée Reclus.[13] Dando um salto de gerações, na segunda metade do século XX foi a vez de o neoanarquista Murray Bookchin oferecer o que é, provavelmente, a versão mais robusta do ecoanarquismo, mediante o seu enfoque de uma Ecologia Social (*social ecology*) (Bookchin, 2005; Souza, 2017). Por fim, Cornelius Castoriadis – que, não sendo exatamente um anarquista, foi o principal renovador da tradição libertária na segunda metade do século passado – nos deixou relevantes contribuições diretas e indiretas a respeito da dimensão ecológica da luta contra a heteronomia (Castoriadis, 1978a; 1986; 2005a; 2005b; Castoriadis; Cohn-Bendit, 1981).

As ideias teóricas, sejam elas produzidas nas universidades ou fora delas (como em certos espaços de militância e ativismo, desde os tempos do movimento operário clássico), se entrelaçam com as práticas e experiências de luta – refiro-me, por óbvio, às ideias teóricas que se deixam alimentar pela práxis e as retroalimentam, sendo por isso fecundas, e não às ideias politicamente mais ou menos estéreis emanadas de

[12] Ver, sobre o economicismo e o racionalismo marxianos e suas consequências, p.ex., Castoriadis (1975, 1978a, 1978b e 1983).

[13] Para não sobrecarregar o texto com as muitas referências importantes quanto às obras desses dois anarquistas e geógrafos, remeto o leitor aos capítulos sobre Reclus e Kropotkin de meu livro *Por uma Geografia libertária* (Souza, 2017).

bolhas universitárias completamente ensimesmadas. De toda sorte, também aqui, no que tange à produção de conhecimento teórico, constatamos que as relações entre espaços formais de ensino e pesquisa (universidades, para começar) e outros tipos de espaços (organizações de movimentos sociais, ONGs etc.) estão longe de ser simples. Há todo tipo de gradação e vínculo, configurando uma paisagem complexa, muitas vezes tensa e marcada mais por desencontros que por encontros, de acordo com o país e a época.

Múltiplos entroncamentos e colaborações (mais ou menos fortes) têm tido lugar, dando origem a algumas sinergias. Os debates ao redor do ecofeminismo, da agroecologia, da (in)justiça ambiental, do "bem viver" e outros mais têm se revelado indescoláveis de trocas menos ou mais diretas entre ativistas e pesquisadores/profissionais técnico-científicos/intelectuais. As pontes entre os ativistas na base social (o que os anglo-saxônicos batizaram de *grassroots*) e os representantes do saber (técnico-)científico são, amiúde, construídas por pessoas que corporificam, elas mesmas, uma certa fluidez: sejam os ativistas que, mesmo inseridos nas classes populares e seus territórios, são portadores de alguma graduação universitária (ou, seja lá como for, não muito distantes de um ambiente de classe média como uma típica ONG), sejam os pesquisadores universitários que são, em alguma medida, também ativistas. Há, ademais, colaborações com técnicos de ONGs e, eventualmente, com profissionais ligados a órgãos governamentais. Todas essas colaborações, aliás, possuem seus limites, mesmo que esses sejam variáveis. Os pesquisadores universitários, muitas vezes, buscam se envolver com lutas concretas na hora de *estudá-las*, ainda mais quando se trata de uma dissertação ou tese, para, depois, se afastar gradual ou abruptamente, caracterizando um verdadeiro extrativismo intelectual ou "vampirismo acadêmico"; raras são as situações de pesquisa-ação ou de duradoura interação colaborativa. Os técnicos e pesquisadores de ONGs costumam estar disponíveis e ativos como parceiros das classes populares quando há um financiamento das atividades da organização; caso contrário, se retraem. Por fim, os profissionais ligados a órgãos governamentais têm, muito frequentemente (a depender da conjuntura política e do órgão), de driblar a falta de liberdade de ação inerente a seu ambiente de trabalho. Como se vê, nada é simples.

Enquanto isso, as lutas pela *terra*, que são, de uma forma densa, lutas por *território* (por autonomia, por dignidade, por identidade e cultura, por modos de vida), proliferam mundo afora, mormente no Sul Global, como expressão da resistência (ou r-

existência) contra desigualdades e opressões. O Brasil ilustra isso perfeitamente: indígenas, camponeses, seringueiros, caiçaras e jangadeiros, vazanteiros, barrageiros, ribeirinhos, quilombolas, faxinalenses, lavradores de fundos e fechos de pasto, geraizeiros, populações atingidas pela mineração – todos eles constituindo, ao mesmo tempo, uma particularidade e um exemplo de indignações e resistências assaz gerais. Seja direta ou indiretamente, tais lutas e r-existências apontam, como horizonte, para um cuidado não somente com a *terra*, mas para com a *Terra*, independentemente de serem ou não estabelecidas ligações com temas planetários pautados pelo universo da pesquisa universitária, como o aquecimento global, a acidificação dos oceanos, a elevação do nível no mar e outros mais. Um dos desafios que permanecem cruciais é o de como edificar cooperações mais "orgânicas" e sistemáticas entre atores/sujeitos coletivos das classes populares – agentes de um ecologismo imerso nas práticas espaciais de r-existência cotidianas de quem luta para sobreviver – e os ativistas ligados a um ambientalismo animado por atores sociais de classe média, voltado para a defesa de vidas não humanas e paisagens, mas que não necessariamente contempla e aprecia as agendas postas por aqueles que combatem por direitos humanos, direito à moradia, reforma agrária, e por aí vai. Um eterno risco, na realidade, é o de que ativistas de classe média se isolem cada vez mais dos pobres, até mesmo discursivamente, aderindo a agendas com conteúdo ecofascista. Por outro lado, não seria intelectualmente promissor e nem politicamente sensato imaginar que valeria a pena, pura e simplesmente, ignorar aquilo que (pesquisadores-)ativistas de classe média aportam a diferentes tipos de debate – do combate pelos direitos dos animais e pela "justiça ecológica" à defesa de espécies ameaçadas, passando pela denúncia dos efeitos de agrotóxicos. O que importa, aqui, é que o horizonte da luta, parta de onde partir, não seja intrinsecamente conservador, muito menos ecofascista.

Por último, uma extraordinária lacuna precisa, urgentemente, ser preenchida, tanto por articulações práticas/práxicas quanto por teorias mais generosas e realistas. O campo interdisciplinar e, simultaneamente, ativista da Ecologia Política ainda trata as cidades e a urbanização alheias ao seu rol de preocupações e fontes de inspirações prioritárias. Não deveria ser assim; quando mais não fosse, no mínimo por vivermos em um mundo, em um continente (América "Latina"/Abya Yala) e em um país (o Brasil é, quanto a isso, um bom exemplo) já predominantemente urbanos, e que se urbanizam sem

parar. É bem verdade que, por diversas razões, dados sobre a urbanização e a população urbanos têm sido superestimados, ao passo que as populações rurais e a "ruralidade" têm sido subestimadas. A despeito disso, tudo indica que o avassalador processo de urbanização pertence ao domínio dos fatos dificilmente contestáveis, não sendo uma mera "narrativa" sujeita a colossais revisões. O que tem de ser feito, isso sim, é, além de pararmos de exagerar (muito eurocentricamente) a "urbanização da humanidade" e enxergar nisso algo basicamente positivo (idem), como a recente teoria da "urbanização planetária" (herdeira de concepções mais antigas, como a da "sociedade urbana"/"urbanização completa da sociedade", de Henri Lefebvre) vem fazendo, passar a ver mais claramente o significado real da urbanização para a maior parte da população do Sul Global: desterritorialização, periferização e sobrevivência hiperprecária em meio à violência material e simbólica de espaços segregados e "zonas de sacrifício" urbano-ambientais. Nada disso, grife-se, equivale a "romantizar" a vida no campo, nem tampouco a demonizar a cidade enquanto tal. Apenas equivale, a rigor, a enfatizar a imprescindibilidade de uma crítica político-ecológica da espacialidade contemporânea *em seu conjunto*, resultado histórico do capitalismo. Muito mais que um "direito à cidade" (Lefebvre), o que cabe, em última instância, é proclamar e clamar por um *direito ao planeta* (Souza, 2019, cap. 7).

ARREMATE: NEM "FRENTE AMPLA" NEM SECTARISMO

Para um ensaio como o presente, o melhor arremate seria, talvez, a própria seção anterior. Apesar disso, creio que faz sentido finalizar com um punhado de advertências adicionais, e, também, com uma sugestão prática.

Nem "frente ampla" nem sectarismo: eis como poderia ser também sintetizada a mensagem da seção precedente. Cumpre, entretanto, explicar devidamente. "Frente ampla" é uma expressão que, na história política, carrega o estigma dos ajuntamentos de ocasião, eventualmente úteis diante de um mal maior, mas profundamente contraditórios. Ora, não há "frente ampla" possível com o *free-market environmentalism*, por exemplo, por mais que o neofascismo antiecológico e o ecofascismo nos pareçam ainda mais abomináveis. Não obstante, as divergências teóricas e até mesmo prático-políticas que subsistem no interior do macrocampo antissistêmico (entre marxistas e libertários, para começar), mesmo não devendo ser escamoteadas, não

devem ser empecilho para trocas intelectuais e colaborações práticas, sempre que possível e necessário. Muitas vezes, as vaidades intelectuais e as zonas de conforto de organizações e grupelhos são responsáveis por manter distantes atores que poderiam compartilhar e somar esforços entre si, em prol dos interesses dos sujeitos coletivos com os quais nos solidarizamos.

Uma segunda advertência consiste em sublinhar que a "ecologia" não pode ser reduzida, *a priori*, a isso ou aquilo – notadamente, conservadora ou emancipatória. A "ecologia" *atravessa tudo*; ela é um território disputado, assim como o é, digamos, a educação. A educação pode estar corporificada em um colégio religioso tradicional ou em uma academia militar, mas também no método e nas experiências práticas de Paulo Freire, ou na abordagem de Maria Montessori. Não é diferente com a "ecologia". Esta será *aquilo que dela fizerem os sujeitos que dela se apropriarem*, atribuindo-lhe significados ou ressignificando-a. A disputa por esse "território político" não somente vale a pena: ela é *imprescindível*. Desertar significa abandonar uma frente de batalha fundamental. O grande geógrafo brasileiro Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro espantou-se, certa vez, ao ouvir de uma colega (geógrafa!) que a questão ambiental seria uma "falsa questão" (Monteiro, 2003, pág. 11). Com seu proverbial didatismo, Monteiro, insistentemente, buscou demonstrar o equívoco de uma tal posição. Transcorridas duas décadas, afirmar o óbvio continua a se fazer necessário.

Por fim: a quem pode interessar uma panorâmica como a contida neste ensaio? Pensei, ao escrevê-la, principalmente em dois públicos-alvo: *estudantes de graduação*, para os quais não é comum que sejam preparadas introduções simples (mas não simplistas) sobre os assuntos focalizados nestas páginas; e *ativistas*, que podem encontrar, aqui, um estímulo inicial para debates os mais variados, sob a forma de oficinas, seminários e minicursos. O escopo abrangente do texto, somado à estrutura de seções curtas e ao estilo bastante direto e sem rodeios, pode favorecer o uso deste ensaio por grupos interessados em um contato preliminar com várias questões, visões e correntes simultaneamente, visando a um posterior aprofundamento sistemático. Se o objetivo de suscitar um contato inicial com as discussões ao redor do caráter emancipatório ou não da "luta ecológica" for atingido, me dou inteiramente por satisfeito. E melhor ainda se, a partir daí, alguém se sentir incentivado a buscar pormenores e nuanças.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **Die Zukunft des Marktes:** Ein Essay über die Regulation von Geld und Natur nach dem Scheitern des "real existierenden" Sozialismus. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1991..

----------. **Der Preis des Wohlstands oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1992.

----------. **Das Ende des Kapitalismus, wie wir ihn kennen**: Eine radikale Kapitalismuskritik. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2005.

BERNARDO, João. **O inimigo oculto**: Ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

----------. **Labirintos do fascismo**: Na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Afrontamento, 2003.

BIEHL, Janet e STAUDENMAIER, Peter. **Ecofascism**: Lessons from the German Experience. Edimburgo e São Francisco: AK Press, 1995.

BOOKCHIN, Murray. **The Ecology of Freedom**: The Emergence and Dissolution of Hierarchy. Oakland e Edimburgo: AK Press, 2005 (1982).

BOSQUET, Michel [André Gorz]. **Écologie et politique**. Paris: Seuil, 1978.

BRÜGGEMEIER, Franz-Josef *et al*. (orgs.). **How Green Were the Nazis?** Nature, Environment, and Nation in the Third Reich. Athens (OH): Ohio University Press, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.

----------. Technique. *In:* **Les carrefours du labyrinthe**. Paris: Seuil, 1978a.

----------. Valeur, égalité, justice, politique: de Marx à Aristote et d'Aristote à nous. *In:* **Les carrefours du labyrinthe**. Paris: Seuil, 1978b.

----------. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. *In:* **Socialismo ou barbárie**. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1979).

----------. Réflexions sur le "développement" et la "rationalité". *In:* **Domaines de l'homme** – Les carrefours du labyrinthe II. Paris: Seuil, 1986 (1976).

----------. Pouvoir, politique, autonomie. *In:* **Le monde morcelé** – Les carrefours du labyrinthe III. Paris: Seuil, 1990 (1988).

----------. L'écologie contre les marchands. *In:* **Une société à la dérive**. Entretiens et débats 1974-1997. Paris: Seuil, 2005a (1992).

----------. La force révolutionnaire de l'écologie. *In:* **Une société à la dérive**. Entretiens et débats 1974-1997. Paris: Seuil, 2005b (1992).

CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Planeta, 2012a (2005).

----------. **O Terceiro Reich em guerra**. São Paulo: Planeta, 2012b (2008).

FOREMAN, Dave [com Laura Carroll]. **Man Swarm**: How Overpopulation is Killing the Wild World. Middletown/DE, Live True Books, 2ª ed., 2015 (2011).

FOSTER, John B. **Marx's Ecology**: Materialism and Nature. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2000.

HEINRICH BÖLL STIFTUNG. **Braune Ökologen**: Hintergründe und Strukturen am Beispiel Mecklenburg-Vorpommerns. Rostock: Heinrich Böll Stiftung (= *Schriften zur Demokratie*, Band 26), 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 (1991).

----------. **Facing Gaia**: Eight Lectures on the New Climatic Regime. Cambridge (UK) e Medford (MA): Polity, 2017 (2015).

----------. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 (2017).

----------. **Bruno Latour**: 'L'écologie, c'est la nouvelle lutte des classes'. Le Monde, 10/12/2021 (entrevista conduzida por Nicolas Truong), 2021.

LEFF, Enrique. **Ecología y capital**: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México (D.F.): Siglo XXI e UNAM, 1994.

MOL, Arthur P. J. **Globalization and Environmental Reform**: The Ecological Modernization of Global Economy. Cambridge (MA) e Londres: The MIT Press, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na Geografia do Brasil. **Cadernos Geográficos**, n. 5, 48p., 2003.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life**: Ecology and the Accumulation of Capital. Londres e Nova Iorque: Verso, 2015.

SAITO, Kohei. **Karl Marx's Ecosocialism**: Capital, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2017.

SALTER, Mark B.; WALTERS, William. Bruno Latour Encounters International Relations: An Interview. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 44, n. 3, p. 1-23, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

----------. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

STAMENKOVIC, Philippe. The contradictions and dangers of Bruno Latour's conception of climate science. **Disputatio: Philosophical Research Bulletin**, v. 9, n. 13, np., 2020.

WOODIWISS, Michael. **Organized Crime and American Power**: A History. Toronto e outros lugares: University of Toronto Press, 2003.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.